



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário–DH da Secretaria de Logística e Transporte, na cidade de Santa Maria da Serra, no dia 10 de dezembro de 2013.

Realizou-se, no dia 10 de dezembro de 2013, às 17 horas, no Salão Paroquial da Igreja Matriz, Praça Ademar Vieira Pisco, s/nº, Centro, Centro, Santa Maria da Serra/SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Departamento Hidroviário S/A (Processo n. 185/2012). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Josias Zani Neto, Prefeito do Município de Santa Maria da Serra –, dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos órgãos públicos, das entidades ambientalistas, das organizações da sociedade civil, dos COMDEMAS, da Polícia Militar Ambiental, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do DH – Desenvolvimento Hidroviário S/A da Secretaria de Logística e Transporte (Processo n. 185/2012). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente–CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo com que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA que se encontrarem presentes, como também por um representante da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida, no caso a bióloga Mayla Matsusuzuki Fukushima, gerente do Depto. de Avaliação Ambiental de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB, a quem igualmente convidou a tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos e, em seguida a oferecer informações sobre o processo de licenciamento do empreendimento em tela. A bióloga Mayla Matsusuzuki Fukushima, gerente do Depto. de Avaliação Ambiental de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB, declarou que representava e essa agência ambiental nessa audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, de responsabilidade do Departamento Hidroviário – DH, da Secretaria de Logística e de Transporte. Esclareceu que o objetivo da audiência é colher subsídios com vistas a contribuir com a análise técnica da equipe que está analisando o referido Estudo de Impacto Ambiental. Informou que, na presente etapa do licenciamento, em que o empreendimento é analisado do ponto de vista de sua viabilidade ambiental, são examinados minuciosamente e detalhadamente os estudos e eventuais complementações, enfim todos os documentos que integram o processo. Acrescentou que, além de serem colhidos os subsídios ofertados durante as audiências, são buscados aqueles oferecidos depois das audiências, principalmente os que forem enviados pelas organizações da sociedade civil e dos órgãos técnicos municipais. Acrescentou que, após a análise, se o empreendimento for considerado ambientalmente viável, lhe é concedida a licença prévia, que não autoriza o início das obras, pois só certifica sua viabilidade ambiental. Esclareceu ainda que a concessão dessa licença se faz acompanhar de condicionantes e/ou exigências, cujo cumprimento é imprescindível para continuação do licenciamento. Atendidas essas exigências o processo ingressa na fase de instalação. De posse da licença de instalação, a execução da obra só pode ser iniciada e concluída se atendidas as condicionantes estabelecidas para a fase de operação. Portanto, o que pretendia esclarecer é que, se o empreendimento for considerado viável ambientalmente, após a análise de todas as etapas, ele pode ser plenamente executado. Passou-se à etapa em que se manifestam o representante do empreendedor e o da empresa de consultoria responsável pelos estudos. O engº Casemiro Tércio Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes, ofereceu, em primeiro lugar, argumentos que justificam a importância da implantação do projeto no contexto do desenvolvimento do país, e o geógrafo e Economista José Roberto dos Santos, apresentou os estudos. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes do Ministério Público. Michel Metram da Silva declarou que representava os Promotores Ivan e Alexandre que integram Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente–GAEMA, com o propósito de oferecer algumas informações. Em primeiro lugar, declarou ter o Ministério Público instaurado inquérito civil como uma maneira de acompanhar o processo, e que está colhendo subsídios com o propósito de dirimir as dúvidas, porque esse órgão ainda não possuía opinião formada a esse respeito. Enfatizou que uma das questões que o Ministério Público pretendia ver respondida, por considerá-la importante, diz respeito às inundações que a população do Bairro Nova Piracicaba sofre por ocasião das cheias que inundam o Rio Piracicaba, mas o estudo elaborado a esse respeito – o estudo sobre o remanso, que, provavelmente, apresentaria soluções – não foi contemplado pelo EIA/RIMA nem se encontra disponível na página do CONSEMA que faz parte do sítio eletrônico da CETESB. Declarou que considerava importante a informação oferecida de que o empreendimento só receberá licença de operação se efetivamente cumprir todos os programas ambientais, um possui o objetivo de destinar verba para implantação de 31 programas ambientais. Observou que, entre esses programas, um tem como objetivo promover a restauração de área de preservação permanente com 2 mil e 400 hectares de extensão com recursos da ordem de 72 milhões de reais, uma vez que a restauração de cada hectare custa 20 mil reais. Evandro Rogério de Souza, representante do Grupo de Defesa Ecológica da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, declarou que a preocupação da entidade se relaciona com a fauna e a flora,





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

precisamente com as 218 espécies de aves – 71 delas típicas do ambiente aquático do pantanal, das quais 83% foram identificadas como exclusivamente desse ambiente e podem desaparecer com o funcionamento do empreendimento, além de 14 delas fazerem parte da lista das espécies ameaçadas de extinção e 12 serem migratórias de longas distâncias que vêm buscar refúgio no pantanal, e, ao deixarem de vir, a região não mais contará com elas. Com relação aos mamíferos, observou, há uma preocupação maior, pois se trata de animais pequenos e de grande porte, como é o caso da onça e do lobo-guará, que foram empurrados para as margens e que hoje se encontram principalmente nas áreas de preservação permanente formadas nos últimos trinta, quarenta anos em torno dos reservatórios. Observou que, com o alagamento, essa área de preservação permanente tende a desaparecer e essas espécies não sobreviverão em consequência da monocultura e do pasto em campo aberto. Propôs que, antes de ser iniciado o enchimento da represa, se faça a recomposição da mata ciliar no entorno, até chegar ao ponto do alagamento. Argumentou que espécies importantes podem desaparecer, inclusive aquelas já ameaçadas de extinção, cujo risco a seu ver se agravará com a decomposição da matéria orgânica que permanecerá no fundo da represa. Noticiou que já existem estudos sobre o tempo de permanência dessa matéria e o nível de CO₂ que liberará. Informou que continuará participando com o Ministério Público das audiências e se colocava à disposição para colaborar com os debates. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Carlos Eduardo Magalhães, Presidente da Companhia Barreiro Rico, informou que a extensão dos fragmentos da mata atlântica existentes em Barreiro Rico são 2 mil e 500 hectares, dos quais 1 mil pertence a essa companhia e são averbados como Reserva Legal. Argumentou que a construção da barragem, sob o ponto de vista econômico, é altamente positiva, e que existem só dois cursos d'água que ligam a mata ao Rio Piracicaba, cujo trajeto é ladeado por matas ciliares que foram 100% preservadas ao longo dos últimos cem anos. Acrescentou que os corredores são constituídos por áreas de preservação permanente e que dezenas de espécies, entre as aves e os mamíferos que neles circulam, pertencem a espécies ameaçadas de extinção, tal como consta de relatório obtido com a International Union for Conservation of Nature–IUCN. Informou que, em 1999, a CESP solicitou, através de ofício datado de 26 de abril, que o Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiaí oferecesse parecer sobre essa obra. Argumentou que o custo da obra corrigido pela própria CESP ultrapassava, à época, folgadoamente os atuais 2 bilhões de reais, sem contar com as desapropriações. Depois de fazer a leitura de trechos do parecer oferecido pela CBHPCJ à Escola de Agricultura “Luiz de Queiroz”–ESALQ e à USP, indagou por que esses órgãos devem manifestar-se novamente se já o fizeram em 1999 acerca de barragem absolutamente idêntica. Valdir Prati, depois de declarar não ser filiado a partido político nem tampouco representar qualquer entidade, afirmou que se reconhecia como cidadão santa-mariense, porque, embora não residisse no município, foi nele que cresceu e que obteve as primeiras orientações para a vida. Declarou terem sido esses os motivos que o fizeram sair de Piracicaba para participar da audiência e, se possível, oferecer alguma contribuição. Declarou que há vários dias, meses e semanas não conseguia dormir porque não conseguia entender o projeto. Perguntava como se gastaria dinheiro público para aumentar apenas 45 km em uma hidrovia de 2 mil e 400 km, o que promoverá consideráveis impactos ambientais. Em sua cabeça, confessou, não dava para entender como se justificava essa iniciativa. Declarou não ter examinado o EIA, mas, sim, o RIMA, e que passaria a ler um dos trechos que precisava entender melhor e que afirma que, na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba opera o Terminal de Santa Maria da Serra, o que, a seu ver, observou, dá a entender que esse terminal já existe e que, portanto, não se faz necessário ampliá-lo 45 km quilômetros acima do rio, a não ser que se pretenda que Piracicaba possua um modal e Santa Maria da Serra, dois, o que é, a seu ver, absolutamente desnecessário. Desfilou uma série de argumentos que justificam seu ponto de vista de que essa obra é desnecessária. Flávio Castelar declarou que trabalhava em Piracicaba na cadeia produtiva da cana de açúcar e que, no que dizia respeito ao represamento, entendia que o espelho d'água traria melhorias para as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atividades turísticas. Comentou que as usinas vêm colaborando para a melhoria das áreas que ficam em seu entorno, principalmente no que diz respeito a sua sustentação ambiental, motivo pelo qual parte dela estava sendo transferida do Estado de São Paulo para o Centro-Sul do Brasil, para o Centro-Oeste de Mato Grosso e para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Lembrou a importância de o transporte hidroviário da região produtora de *comoditie*, açúcar e etanol se transferir para a região e chamou atenção para o fato de que, a partir de 2016, a colheita se tornará totalmente mecanizada. Referiu que a atividade sucroalcooleira será reduzida de 20 a 25%, e outra passará a ser desenvolvida para suprir essa perda. Indagou como a região aproveitará a multiutilização da represa, e que foi justamente essa indagação que o fez comparecer à audiência. Teceu considerações sobre a possibilidade de a implantação desse projeto constituir uma boa chance para se melhorar a mata da região, especialmente no que concerne à conectividade em seu interior. Para tanto, observou, é preciso conhecer melhor a dinâmica socioeconômica da região, os impactos que o aproveitamento da rodovia provocará e buscar saídas inteligentes para os problemas que, por certo, acontecerão. Acrescentou que, por certo, a região contará com cinco modais – dutovia, rodovia, hidrovia, aerovia e ferrovia, e que a barcaça descera o rio com açúcar, etanol e soja e voltará para Goiás e Mato Grosso transportando geladeira, fogão, comida industrializada, papel higiênico e diversos outros produtos, tornando-se inimaginável o ganho que essa região terá. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Josias Zani Neto, Prefeito do Município de Santa Maria da Serra, depois de agradecer os esforços despendidos para que essa audiência fosse realizada no município, declarou sua enorme satisfação por receber, entre outros, Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA; Mayla Matsusuzuki Fukushima, Diretora do Departamento de Avaliação Ambiental e representante da CETESB nessa audiência; Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes, e, representando nessa audiência o Governador do Estado, Geraldo Alckmin; e o ex-Prefeito de Santa Maria da Serra Ercídio Mariano. Declarou que tem sido amplamente debatido o investimento que se pretende fazer na Hidrovia Tietê-Paraná, o que foi sacramentado pela assinatura de um termo de compromisso pela Presidenta Dilma Rousseff e o Governador Geraldo Alckmin. Todavia, observou, chamava atenção para o descrédito e a desconfiança que existem em torno dessa obra, uma vez que seu projeto vem sendo debatido há mais de quarenta anos. Declarou que, quando da assinatura do referido termo compromisso – que teve lugar neste mesmo local em meados de 2012 –, foi novamente debatida sua viabilidade, que repousa no fato de que ela propiciará o desenvolvimento regional. Declarou ainda reconhecer que a comunidade vem contribuindo, do ponto de vista social, com o debate sobre esse projeto, motivo por que é constituída, em cada município envolvido, uma comissão formada por representantes da sociedade civil e dos órgãos público. Declarou que, embora não morresse de amores pelo projeto, era seu defensor por acreditar que ele se situa no contexto de um processo de crescimento regional, pois o município sozinho não consegue promovê-lo. Declarou que muitas pessoas trabalhavam contra o progresso e o desenvolvimento de Santa Maria da Serra, razão por que aqueles que o defendiam devem unir suas forças, buscando galgar etapas que os façam alcançar os objetivos que se propuseram concretizar, que é contribuir para que um grande número de investimentos seja trazido para a região. Referiu-se às reivindicações que formulou e declarou acreditar no ato de fé feito pelo conselheiro Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, de acordo com o qual o projeto será inquestionavelmente implantado. Observou que se trata de uma obra multipartidária, pois será construída com recursos dos Governos federal e estadual, e que esta é a mais uma das razões pelas quais a apoiava o projeto e com ele pretendia colaborar. Passou-se à etapa das réplicas. O engº Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho declarou que passaria a responder as perguntas que dizem respeito a aspectos menos específicos do projeto, e que, em relação aos mais complexos, convidará os membros da equipe de consultoria responsável pela elaboração dos estudos. Declarou que, no que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diz respeito ao estudo do remanso, ele foi bem desenvolvido e contemplou não só as lâminas de água sobre as quais exercerá influência o processo de assoreamento que se desenvolve tanto na região de São Pedro como naquela próxima do município de Piracicaba. Declarou que a realização do trabalho em duas frentes visa obviamente executar o desassoreamento com fins econômicos. Pontuou que, como se sabe, os portos de areia estão presentes ao longo do rio e a atividade minerária, embora pouco valorizada pela economia brasileira, é muito importante. Reiterou que não considerava prudente que os cálculos sobre os recursos desse projeto fossem feitos com base em correção monetária e juros da taxa de desconto de um projeto antigo. Reiterou que não considera prudente a utilização desses critérios para esse tipo de projeto. Declarou que os cálculos eram transparentes e que, dos 670 milhões previstos, 250 milhões foram destinados a compensações ambientais, como replantio de áreas de preservação permanente, aquisição de terrenos para estabelecer a conectividade entre o ambiente aquático, as estações e as unidades de conservação do entorno. Observou que o objetivo não é degradar Barreiro Rico, mas, pelo contrário, utilizar seu potencial para promover a conectividade com o reservatório – e esta é uma das pérolas do projeto. Referiu-se novamente aos dois cenários possíveis, um com e outro sem a barragem, e que, quando se toma uma decisão estratégica, seja por ocasião do licenciamento ambiental seja por ocasião da análise da viabilidade ambiental de um empreendimento, os dois cenários devem ser levados em conta. Declarou considerar remota a possibilidade de se promover a gestão desse reservatório e a recomposição das áreas de preservação permanente se não se contar com um empreendedor com o porte do Departamento Hidroviário. Reiterou não ter certeza de que isso acontecerá, a não ser que o próprio Comitê de Bacias apresente um plano ousado de recuperação e de recomposição vegetal dessa magnitude. Informou que essas questões já haviam sido discutidas com a CETESB, que entende ser ousado esse plano de recomposição na medida em que contemplará a montagem de viveiros na região e outros indiretos, que não foram contabilizados, como a geração de empregos. Comentou que se discute também o repovoamento da ectiofauna, caso seja indicado pelo monitoramento. Referiu-se também à possibilidade de se aumentar o estoque de pesca no reservatório, o que beneficiará tanto a pesca artesanal como a profissional e, consequentemente, a comunidade de Tanquã. Teceu comentários sobre a dificuldade de se encontrar terreno público disponível para promover a recomposição, obstáculo este que se fez presente na construção de empreendimentos ligados ao transporte, como o ferroanel e o rodoanel, embora no que diz respeito ao empreendimento em tela se dispõem de recursos para executar a desapropriação de terra e sua recomposição, agregando-se, assim, valor a essa obra. Postulou que a execução desse empreendimento poderá utilizar mão de obra local, desde que se elabore programa semelhante ao que se encontra em andamento em São Sebastião, que utiliza 80% da mão de obra local, medida que vai ao encontro de decisão aprovada pelo Conselho de Atividade Portuária, que estabelece devam ser utilizados 70% da mão de obra regional nos contratos firmados no âmbito do Porto, ou seja, se não houver mão de obra disponível no município em que o empreendimento está sendo implantado, ela deve ser buscada na cidade ao lado, contratando-se, portanto, sempre mão de obra regional, exigindo-se a apresentação do título de eleitor para comprovação, pois ele é o documento que demonstra a vinculação do cidadão ao município. Além disso, observou, devem ser implementados programas de capacitação da mão de obra local para atender à demanda relativa à dragagem e à manutenção. Referiu que na cidade de Araçatuba 700 pessoas trabalham diretamente no estaleiro e foram habilitados os fornecedores para a cadeia produtiva. Noticiou também que há dois projetos: o da expansão ferroviária até Santa Maria da Serra *versus* extensão hidroviária até Artemis, e que os custos de ambos foram contemplados pelo EIA/RIMA. Acrescentou que, quando se comparam os custos de operação desses dois sistemas, evidencia-se a nítida diferença do ganho econômico bem maior em favor da extensão de Piracicaba. Argumentou que enfatiza a questão econômica porque ela é a primeira condição que fragiliza a viabilidade ambiental. Referiu-se ao fato de o EIA não ter contemplado os custos operacionais, mas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tão somente aqueles relacionados com a implementação da obra, e que, quando os primeiros custos são contemplados, a situação fica gritante, o que não significa deixar de escanteio Santa Maria da Serra da matriz de transporte, dado que seu terminal possui potencial para diversificar. Declarou acreditar que tais possibilidades são externalidades importantes do ponto de vista econômico. Referiu que as dúvidas nas primeiras audiências são sempre pontuais. Enfatizou que a concentração da avifauna no Tanquã, possui analogia com o ato de oferecer danoninho a uma criança. O estoque muito grande de pássaros que aí se encontra vai pescar com grande facilidade os peixes, comerá o peixe com grande facilidade, já que ele existe em abundância e em um local concentrado. E, acrescentou, com o enchimento do reservatório, esse estoque tende a aumentar, mas, por outro lado, se dispersará, não ficando concentrado em um único lugar, até mesmo porque a conectividade entre as áreas de preservação permanente, as estações ecológicas e os fragmentos florestais favorecerão essa dispersão, pois a avifauna pousará em novos lugares, procriarão e utilização esse espaço de migração. Argumentou que não tinha certeza de que isso espontaneamente acontecerá, daí a necessidade de se implementar o monitoramento da avifauna. Reconheceu que propunha ao gestor do reservatório que realize o monitoramento da mastofauna, ectiofauna e avifauna, ou seja, adote as medidas cabíveis em função do monitoramento. Depois de tecer comentários sobre o estocamento de CO₂ que ocorrerá em toda a área, ofereceu informações sobre as etapas do plantio nas áreas de preservação permanente de modo a se garantir a conectividade – o que será feito em três anos –, enquanto o fechamento do reservatório deverá ser executado nos dois últimos meses da obra. Acrescentou que toda mata que será preenchida tem de ser estocada e removida com vistas a se prevenir a antropização do corpo d'água. Acrescentou que será justamente nesse momento que a fauna será removida para as áreas superiores e criados corredores de conectividade com os fragmentos existentes na região. Referiu-se a algumas dificuldades a serem enfrentadas quando da recomposição das áreas de preservação permanente e das técnicas existentes para superá-las, como aquelas postas em prática pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”–ESALQ, precisamente no que diz respeito ao plantio e manejo das exóticas pioneiras, entre as quais se sobressaem os eucaliptos. Virgínia, uma das técnicas que fazem parte da equipe multidisciplinar que elaborou o EIA/RIMA, ofereceu informações sobre o acesso às obras, entre as quais se evitar a estrada que atravessa o meio do Barreiro Rico; evitar também o tráfego de caminhões na região; e se construir uma estrada que passe à jusante do Barreiro Rico, que interferirá em alguns veios d'água, pois não há nenhuma chance de se enfrentar a falta de água na reserva. Depois de o representante do Departamento Hidroviário, Casemiro Tércio Carvalho, ressaltar que a estrada que se pretende seja construída não aterrará os corpos d'água e que se trata de uma obra de arte, uma passagem por cima dos corpos d'água preservando as drenagens do terreno, Vilma Cavinato, outra técnica que faz parte da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração dos estudos ambientais, afirmou ter participado da elaboração dos estudos sobre recursos hídricos e qualidade da água do Reservatório Santa Maria, que foram muito detalhados e acompanhados, inclusive, por modelagem matemática. Ofereceu dados sobre a vegetação das áreas que serão afogadas, os quais apontaram para a necessidade de que 70% delas sejam retirados 70% do reservatório, com vistas a serem mantidas as condições satisfatórias de oxigênio. Acrescentou que, mesmo para esse remanescente de 30% da vegetação afogada, a fase de enchimento será um pouco mais crítica, porque ocorrerá uma queda de oxigênio, mas essa vegetação, em um prazo de sessenta dias, começará a se estabilizar. Alec Zeimad, responsável pelos estudos de ectiofauna no âmbito do empreendimento “Aproveitamento Múltiplo de Santa Maria da Serra”, apresentou os resultados do levantamentos feitos, entre outros uma diversidade de peixes bem considerável, da qual 54 espécies não são da região, vieram de outras áreas e de outros rios do país e de outras regiões do mundo. São as chamadas espécies exóticas e alóctones. Verificou-se, também em campo, que boa parte dessas espécies transcoladas, ou seja, nativas de outras bacias hidrográficas brasileiras, está na região e que algumas espécies exóticas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

compõem parte significativa daquilo que os pescadores profissionais pescam, principalmente na região do Tanquã, a exemplo da Tilápia do Nilo – uma espécie exótica, nativa da África e que está presente na região por motivos outros que não do empreendimento. Informou que, dadas as características do Rio Piracicaba atualmente, que recebe uma alta carga de efluentes, principalmente de origem doméstica, verificou-se que existe uma biomassa, uma quantidade de peixes bem elevada, em virtude desse aporte de nutrientes de natureza doméstica. Acrescentou que o que se prevê é que a atividade da pesca profissional, principalmente, não acabará, pelo contrário, algumas espécies que são pescadas terão a sua quantidade aumentada. Relatou ainda que se observou a ocorrência de uma migração natural da pesca profissional para essas espécies exóticas e alóctones, portanto, não nativas da região, que são espécies economicamente bem importantes. Entretanto, observou, não se pode dizer que não ocorrerá algum tipo de impacto. Questiona-se, acrescentou, como 17% dessas espécies, ou seja, mais ou menos nove espécies – que são principalmente as migradoras de longa distância, tais como o dourado, o curimba, algumas espécies de piapara, piau e piava – se comportarão ao longo do funcionamento do empreendimento, e só assim será possível implementar, eventualmente, medidas que contemplem a minimização dos impactos sobre os estoques dessas espécies. Noticiou que se discute atualmente a possibilidade de se utilizar tecnologias diferenciadas que contribuirão para a melhoria do trânsito desses peixes através de uma escada, e será a equipe técnica da engenharia que poder diagnosticar sua viabilidade. No tocante à sua existência – acrescentou – efetivamente ela é comprovada, ou seja, existem algumas tecnologias que permitem o trânsito do peixe, não só no sentido de montante, mas de jusante. Casemiro Tércio Carvalho, representante do Departamento Hidroviário, reiterou as informações já por ele oferecidas sobre a avifauna. Ainda sobre essa questão, declarou acreditar que, com o monitoramento, se tornará possível identificar outras possibilidades de criar ambientes para que haja essa procriação. Reiterou a necessidade de se identificar, também com o monitoramento, o tamanho da migração e se identificar outros lugares para onde esses pássaros possam migrar, para pousar e se procriar. Relatou a experiência ocorrida na Ilha da Samambaia, que a tornou um ambiente com condições favoráveis para procriação de animais. Chamou atenção para o fato que, em virtude da inexistência de áreas de preservação permanente, ou seja, por não haver espaço para se esconder, o jacaré do papo amarelo se transformou em um predador nas lagoas de hoje. Observou que, por essas razões, é necessário aferir se a recomposição de áreas de preservação permanente, nas taxas que estão sendo propostas, pode abrigar esses animais e, entre eles, o principal predador, que é o próprio homem. Depois de Casemiro Tércio Carvalho oferecer informações sobre como se superar as dificuldades que se tem enfrentando para consultar os estudos, o Secretário-Executivo reiterou as propostas oferecidas e se comprometeu a consultaria novamente à área de comunicação da CETESB a esse respeito. Até onde sabia, acrescentou, que essas dificuldades às vezes dizem respeito ao tipo de máquina e programas utilizados. Agora uma coisa que pode ajudar – observou – e que tem aconselhado os empreendedores a fazer é produzir um certo número de DVDs contendo os estudos e trazê-los para as audiências, e, nessa oportunidade, distribuí-los com aqueles que necessitarem. Casemiro Tércio Carvalho, Diretor do Departamento Hidroviário, se comprometeu a providenciar esses recursos, que, inclusive, poderão ficar disponíveis nos lugares onde os estudos encontram-se expostos para consulta. A bióloga Mayla Fukushima, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental da CETESB, declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo relativo ao empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o mesmo se encontra na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando no sentido ou da aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento ou de sua rejeição. Acrescentou que uma súmula desse parecer – que será elaborado com base nos subsídios que eventualmente ainda vierem a ser oferecidos e aqueles que a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental retirou da análise dos estudos ambientais ou vier a solicitar – será encaminhada ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

CONSEMA, para que o Plenário, na reunião em que dela tome conhecimento, possa avocar ou não, para si, sua análise. Acrescentou que, em caso positivo, ou seja, caso o CONSEMA acate a avocação, caberá ao Pleno apreciar os estudos ambientais quando ele se constituir objeto da Ordem do Dia. Caso a avocação não seja formulada – ou formulada, mas não acolhida –, caberá à CETESB continuar a análise dos estudos, sem a participação do CONSEMA. O engº naval Casemiro Tércio Carvalho declarou que toda contribuição ao projeto seria bem-vinda. Declarou ainda que a equipe técnica registrou todas as propostas formuladas, que serão anexadas ao processo para que a equipe técnica possa sobre ela se debruçar. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email* ou correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.